

Comunidades online e silenciamento algorítmico: uma reflexão sobre a resistência palestina nas redes sociais

Milena Guerrero Bannwart

Resumo: O presente artigo tem como objetivo estabelecer uma discussão voltada à utilização das redes sociais enquanto ferramenta de resistência política por parte dos palestinos, ao passo que também conta com organizações internas algorítmicas que silenciam tais discursos em função de um interesse político hegemônico. Para que essa discussão fosse estabelecida, foram analisados os casos de três influenciadoras pró-palestina que tiveram suas contas afetadas com a diminuição do alcance de seus *posts* dentro da plataforma Instagram, investigando em seguida como a Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL) utiliza das redes sociais como principal campo para a disseminação de informações e ações voltadas à comunidade palestina. Nesse sentido, constata-se que *sites*, aplicativos e redes sociais que, por mais que ofereçam uma noção de liberdade, também reforçam e correspondem à um discurso hegemônico soberano de apagamento de minorias e conflitos políticos, de modo que ações e perfis como os da FEPAL atuam como uma potência para que, além de buscarem transparência nas informações que compartilham, também requerem a mesma transparência no que se refere a organização interna das plataformas que acessamos.

Palavras-chave: Silenciamento algorítmico; Palestina; FEPAL; Resistência.

INTRODUÇÃO

Dado o cenário contemporâneo mundial atual, em que nos encontramos cercados por inúmeros conflitos de cunho político, religioso e ideológico, torna-se impossível negar o constante estado de tensão social resultante de tais eventos. A presença dessa tensão constante nos faz refletir sobre os impasses e as reais condições vivenciadas por aqueles que estão sendo diretamente impactados por tais combates, nos levando a uma busca por informações que nos auxiliem não apenas na compreensão geral por trás de tais atos, mas também como uma forma de nos conectarmos por meio das mais variadas formas de apoio aos que estão inseridos em tais contextos.

Nesse sentido, podemos citar como exemplo latente o constante desenrolar do conflito entre Israel e Palestina, uma vez que o mesmo engloba esferas políticas,

territoriais, adotando também um caráter colonialista para com as ações implementadas por Isreal mediante o povo palestino, bem como seu aspecto religioso que resgata uma noção de “pertencimento” do povo judeu para com o território palestino. Diante de tais elementos, torna-se fundamental evidenciar a magnitude do conflito, não se tratando apenas de uma guerra enquanto noção popular, da qual nos dessensibilizamos, entre duas nações em estado de igualdade, mas de uma postura ofensiva e sistemática de um Estado-nação com altíssima capacidade militar, contando também com o apoio direto de potências ocidentais.

Tais investidas sem manifestam em formas variadas de violência, sendo as esferas territorial, simbólica e política principais elementos que configuram uma noção de genocídio em curso (Butler, 2010; Chomsky, 2023). Entre as escaladas de violência que presenciamos, sobretudo os ataques em Gaza, torna-se notável o uso desproporcional da força por parte de Israel, de maneira que autores como Judith Butler (2010) agregam para a discussão do tema ao levantar um debate sobre quais vidas são passíveis ou não de luto, refletindo sobre a desumanização calculada do povo palestino, onde inúmeras ferramentas narrativas atuam para a construção de discursos que permitam que as inúmeras táticas de violência e carnificina sejam justificadas ou naturalizadas. Chomsky (2003) trata da perspectiva das narrativas ao apontar para como a mídia internacional realiza um papel fundamental para a manutenção da assimetria entre os discursos. A linguagem utilizada pela mídia aposta em um ponto de vista simplificado, contando com uma cobertura “neutra” que busca tornar a informação em algo tragável e de maior compreensão para o público. Porém, tal síntese e simplificação tiram maiores contextos e complexidades que configuram os eventos notificados, assim como sua compressão, possibilitando também que tais aspectos sejam deliberadamente escondidos, reforçando como a postura da mídia tradicional parte de um recorte emaranhado por uma perspectiva hegemônica.

A hegemonia atravessa as formas de organização do processo de trabalho em seu conjunto, assim como se espalha pela própria vida social. [...] exige também não esquecer que a hegemonia se reveste de maneiras mais ou menos discretas de exercício da coerção, através de violência aberta ou simbólica (Coutinho, 2008, p.145).

O genocídio e a violência, nesse sentido, não seriam apenas ferramentas de eliminação em aspectos físicos, mas também seriam o aniquilamento político, cultural e simbólico de um povo, sendo este legitimado por meio da omissão e parcialidade da

cobertura midiática internacional. Com tais aspectos traçados, as ações adotadas pelo governo israelense, bem como a omissão midiática, se provam como dotadas de violência extrema, uma vez que, para que se possa cumprir com o papel traçado por meio da perspectiva colonial de povoamento, torna-se necessária não apenas a ação prática e material da violência e da força, mas também uma construção ideológica que desumaniza o outro e que o coloque em uma posição distante e inferior. Jodi Byrd (2011) entende que a “...racialização e colonização têm trabalhado simultaneamente para diferenciar e sujeitar populações inteiras para elas poderem ser escravizadas, excluídas, removidas e mortas em nome do progresso e do capitalismo.”.

A violência, nesse sentido, atua como um processo longo e contínuo de desumanização e de retirada de direitos e aparatos mínimos que configurem a capacidade de sobrevivência de um povo. O desgaste mental do mesmo, o apagamento de sua história e origem enquanto essência surgem como elementos que instigam a reflexão sobre como a violência enquanto forma de organização política, econômica e social evolui para uma configuração genocida, de modo que, dentro do contexto atual, assistimos tais cenas diariamente por meio de nossas televisões e celulares através das lentes de uma mídia tendenciosa.

Ao tratar-se dos elementos apresentados anteriormente, bem como em uma análise que cercam a guerra, é possível notar como os meios de comunicação servem a interesses privados.

Recriando a realidade à sua maneira e de acordo com seus interesses político-partidários, os órgãos de comunicação aprisionam seus leitores nesse círculo de ferro da realidade irreal, e sobre ele exercem todo o seu poder. O Jornal Nacional faz plim-plim e milhões de brasileiros salivam no ato. A Folha, o Estado de São Paulo, o Jornal do Brasil, a Veja, dizem alguma coisa e centenas de milhares de brasileiros abanam o rabo em sinal de assentimento e obediência (Abramo, 2016, p.65).

Nesse sentido, a chegada das redes sociais possibilita uma brecha para novas formas e veículos de acesso a informação, plataformas como X, antigo *Twitter*, *TikTok* e *Instagram* são reconhecidos por permitirem que nossas vivências sejam compartilhadas e assistidas em tempo real, de modo que esse dinamismo tornou-se uma possível ferramenta contra a desinformação. Cidadãos palestinos, ativistas, jornalistas independentes, entre outros indivíduos, entendem e usam do espaço das redes como uma forma de compartilhar relatos

em tempo real, imagens e vídeos, sendo estes diretamente de zonas de conflito, bem como uma forma de repassar informações a fim de alertar sobre as violências e calamidade a que os palestinos estão submetidos. Tais contas rompem o bloqueio informativo, abrindo espaço para um debate distante de discursos hegemônicos e partidários, possibilitando também a formação de grupos de apoio e ações solidárias globais.

Ao reconhecer as realidades daqueles que se encontram inseridos no conflito, assim como aqueles que conseguiram deixar o território e também aqueles que contém em si parentesco ou descendência palestina, notamos como em contraste ao genocídio de sua história, a resistência se faz presente. Foucault (2008) apresenta a lógica neoliberal que constitui sua conceituação acerca da biopolítica, de modo que a mesma pode ser notada nas ações israelenses de uma neoliberalização da segurança, onde os efeitos da militarização e a vigilância dos indivíduos tornam-se elementos lucráveis, entendendo que “*O homo oeconomicus* é aquele cuja conduta é governada pela economia do interesse.” (Foucault, 2008, p. 270). Ao refletir sobre as contribuições provenientes da teoria foucaultiana, compreendemos que mesmo que as perspectivas neoliberais e a vigilância busquem limitar e reduzir os sujeitos, o ato de resistir emerge independente do espaço e do controle do mesmo, evidenciando que “não há relação de poder sem as correspondentes resistências; estas são tão inventivas, móveis e produtivas quanto ele.” (Foucault, 1979, p. 96). Neste caso, a resistência segue atuando como um meio de restabelecer laços e fortalecer identidades, assim como uma maneira de conscientizar e informar terceiros.

Levando em conta a noção de resistência nos tempos atuais, torna-se impensável não ressaltar o papel das redes sociais, de maneira que as redes possibilitam que a luta palestina se coloque no lugar de contestar a narrativa única acerca dos horrores que a rodeia, assim na possibilidade de mobilização política em diversas partes do mundo com diversos usuários. A organização de comunidades que atuam como base de apoio e suporte para aqueles que se encontram abalados, buscando também atuar como veículo para lutar contra a opressão, surgem como ponto de forte interesse para que possamos refletir sobre como as redes sociais permitem um espaço de expressão para a comunidade palestina, ao passo que tais plataformas também estão ligadas a uma lógica hegemônica e algorítmica de silenciamento. Portanto, o artigo em questão tem como interesse relacionar as noções de resistência e apoio proporcionadas através de comunidades *online*, que por meio de um interesse em comum, utilizam de suas redes para se mobilizar e atuar em favor de causas como o conflito entre Palestina e Israel, refletindo sobre como a violência de tal cenário

impacta na busca de comunidades virtuais pela informação e reparação de tais atos, bem como as mesmas atuam mediante um possível apagamento e silenciamento de suas páginas mediante os algoritmos que atuam sobre as mesmas.

Comunidades online: como se configuram e propagam informações

O conceito de comunidade por si só já se configura como fator primordial da noção social do ser humano, de forma que a organização em comunidades atuou como base central para a sobrevivência da espécie e para o surgimento das primeiras civilizações. Dadas as características iniciais que configuram o conceito de comunidades, é possível afirmar que o refinamento do ser humano, bem como das ferramentas de comunicação que utilizamos, assim como a própria comunicação, proporciona meios mais dinâmicos e atuais para que relações sejam desenvolvidas, resultando em comunidades que se unem não por um desejo de sobreviver, mas sim por interesses e padrões de comportamentos comuns aos que delas fazem parte.

Michel Maffesoli (2000) busca entender a comunidade através de uma perspectiva focada na construção interna de tais grupos, apontando para uma noção de “micro-tribos” que se determinam através de traços comportamentais comuns a todos que delas fazem parte, porém, não se limitando apenas a isso, o autor também aponta para fatores de cunho sentimental, bem como para os valores e morais que compartilham entre si. Em sua conceituação, o autor evidencia que a formação de tais grupos conta diretamente com um sentimento de pertencimento que, ao ser atribuído como valor, estabelece uma noção de coletividade, apontando para um fator social, mas também para um caráter emocional e até mesmo psicológico de reconhecimento de um indivíduo como ator participante de um todo.

Essa perspectiva de comunidade e a vontade de pertencer se aplica ao cenário contemporâneo quando levamos em conta a atuação da internet em nosso cotidiano, já que a mesma ocupa um espaço imenso em nossas ações diárias e também nos possibilita a oportunidade de conexão com pessoas distintas e que se encontram nos mais distantes locais que possamos imaginar. Assim, a reflexão das comunidades em um contexto virtual se faz muito pertinente, ainda mais quando levamos em conta os mais variados conflitos armados ocorrendo no mundo e como aqueles que se encontram impactos pelos mesmos podem

utilizar de tais espaços para compartilhar suas experiências, ao mesmo tempo que vivenciam o sentimento de pertencimento e proximidade com ainda mais vigor dentro de tal contexto.

Cooperatividade e a noção de comunidades desterritorializadas são apontadas por Manuel Castells (2003) e podem ser incluídas no debate ao passo que o autor reforça a falta de um espaço físico de troca. A falta de tal espaço se dá em função das mudanças proporcionadas pela evolução dos meios de comunicação, de forma que tais comunidades se sustentam em espaços dos fluxos, onde a comunicação ocorre em tempo real entre pessoas, mesmo que estejam fisicamente distantes. Assim, podemos entender as comunidades virtuais como novos tipos de agrupamentos sociais, surgindo entorno de interesses e identidades compartilhadas, de modo que a construção de grupos que atuam com o interesse de denunciar as atrocidades vivenciadas pelo povo palestino, buscando promover a propagação de informações adequadas para o apoio e suporte do mesmo, tomam cada vez mais força dentro do ambiente virtual.

Sendo assim, o universo das redes sociais torna-se uma ferramenta ativa contra a opressão ao passo que possibilitam que o protagonismo das narrativas palestinas sejam propagadas e contadas por aqueles que de fato as vivem e as compreendem em sua totalidade. Porém, por mais que possamos compreender as redes como um espaço de propensão à autonomia, sem estarem necessariamente subjugadas aos interesses governamentais ou controles de empresas (Castells, 2017), isso não se prova como real, uma vez que tal espaço horizontal e democrático passa a ser monopolizado pelas plataformas.

Para o funcionamento de plataformas e redes sociais, ambas contam com a atuação de algoritmos, estes atuam com uma função de filtragem dos conteúdos apresentados em nossas redes diariamente, dependendo também de uma “[...] aquisição de dados de usuários como matéria-prima para análise e produção de algoritmos que poderiam vender e segmentar a publicidade [...] com precisão e sucesso cada vez maiores” (Zuboff, 2018, p. 32). Ao notarmos como tal processo de filtragem se desenrola, torna-se correto afirmar que os algoritmos são muita mais do que uma estrutura estática de organização de conteúdos virtuais, sendo na verdade “[...] opiniões embutidas em matemática” (O’Neil, 2020, p. 35), de forma que cada plataforma as transforma de forma única e sem necessariamente apresentá-la com transparência ao usuário. É por meio de tais realizações que se faz necessário questionar como tais filtros lidam com a publicação de conteúdos sensíveis,

principalmente no que diz respeito à atuação de influenciadores e personalidades que baseiam suas comunidades em torno da resistência e apoio à Palestina.

Silenciamento algorítmico: o apagamento de narrativas nas redes sociais

Ao pontuar a influência dos algoritmos dentro das redes, e de como os mesmos têm a capacidade de impulsionar ou restringir determinados tipos de conteúdo, em 10 de agosto de 2021, o jornal *Le Monde Diplomatique* Brasil publicou uma matéria tratando sobre o caso de três *influencers* brasileiras da comunidade árabe e de religião muçulmana, que atuam ativamente para a expansão de informações corretas sobre a situação da Palestina, onde as três apontaram para um suposto silenciamento algorítmico dentro da plataforma *Instagram*. As influenciadoras Mariam Chami, Hyatt Omar e Carima Orra relataram ter *posts* e *stories* boicotados após trazerem atenção para a situação vivenciada pelo povo palestino, ao citarem as expulsões ocorridas no bairro de Sheikh Jarrah, em Jerusalém Oriental, por exemplo, as influenciadoras apontaram uma queda brusca no número de usuários que acessavam seus conteúdos em comparação aos acessos que recebiam antes de vocalizar as questões direcionadas ao genocídio do povo palestino.

Hyatt Omar, por exemplo, afirmou que perdeu cerca de 12 mil visualizações em seus *stories*, uma vez que a influenciadora afirmou geralmente ter por volta de 15 mil visualizações, porém as visualizações de seus conteúdos caíram para 3 mil. Mariam, por sua vez, contou que em junho de 2021, quando ativamente se posicionou sobre os acontecimentos em Sheikh Jarrah, passou pela mesma queda de visualizações vivenciada por Hyatt, afirmando na matéria que: “Nunca mais voltou ao que era. Antes, eu tinha no mínimo mil pessoas em uma *live*. Depois da censura, minha audiência chegou a cinquenta pessoas”.

Carima Orra, a terceira influenciadora impactada pelo silenciamento algorítmico do Instagram, conta que seu perfil passou por inúmeras denúncias direcionadas ao fechamento de sua conta, uma vez que usuários da plataforma foram incentivados outra blogueira a desligar a conta de Carima após a mesma se posicionar favorável à causa palestina. “Fui banida de fazer *live*, e meu alcance que era de 40 mil pessoas caiu para 5 mil. Minha audiência chegou a subir para 10 mil, mas nunca mais passou dessa faixa, apesar de meu número de seguidores aumentar”.

Ao levar em conta as experiências vivenciadas pelas influenciadoras, bem como o próprio posicionamento da plataforma Instagram diante a situação, que afirmou: “Apoiamos fortemente as pessoas que procuram usar nossa plataforma para aumentar a conscientização, especialmente em momentos em que procuram educar e informar as pessoas ao seu redor”. Logo, podemos notar um desafio que se estende a veiculação de informações referentes ao conflito, uma vez que a noção de liberdade das redes na verdade se encontra atravessada por nuances algorítmicas e funcionais muito mais intensas e que carregam em si mesmas discursos e ideologias que colocam obstáculos diante aqueles que querem ser ouvidos, sendo uma questão tão complexa à medida que a própria plataforma não considera ou sequer cita o algoritmo como um dos possíveis fatores responsáveis para o silenciamento das contas citadas.

Logo, torna-se possível notar claramente como a promessa de visibilidade que temos acesso por meio das redes sociais é constantemente ameaçada, ao passo que as plataformas que viabilizam a circulação de tais perfis e conteúdos também respondem a uma lógica capitalista vigilante, como definida por Shoshana Zuboff (2020). Dentro de determinado modelo, os algoritmos operam seguindo padrões e lógicas comerciais e até mesmo geopolíticas que determinam qual tipo de conteúdo deve ser promovido e qual deve ser silenciado. Unindo todos esses elementos, bem como o relato das *influencers* citadas anteriormente, podemos notar um “silenciamento algorítmico”, com o mesmo sendo definido como uma forma de censura invisível e remoção ao despriorizar e esconder conteúdos que não se alinham ou interessam aos planos de negócio e/ou às alianças políticas das plataformas, sendo aqui exemplificada pelo *Instagram*.

Em diversas plataformas é possível notar um aumento no número de relatos que apontam como conteúdos relacionados diretamente à Palestina tem sido frequentemente desmonetizados, com seu alcance reduzido, ou deletados, mesmo sem violar nenhuma diretriz clara. Em contraste, conteúdos com temáticas pró-Israel circulam amplamente, por vezes sendo até mesmo impulsionadas em plataformas como X, antigo *Twitter*, que contam com o dinamismo de poucos caracteres para o alcance de milhares. Tais casos nos confirmam como a atuação dos algoritmos não é neutra, enquanto ferramentas, filtros e algoritmos não estão alheios aos discursos e a disputa de poder em aspectos políticos e econômicos, de modo que se encontram sujeitos a reproduzir e reforçar constantemente tais assimetrias, tornando-se uma extensão digital dos mecanismos de opressão e violência, seja

ela simbólica ou literal, por meio do compartilhamento de conteúdos explícitos vindo do conflito. Portanto, autores com Safiya Noble (2018), as estruturas algorítmicas operam respondendo a um viés racial, político e ideológico, mascarando por uma noção de controle e neutralidade, quase que como entidades próprias e desvinculadas do humano, porém, estão diretamente reproduzindo violências e silenciamentos que contemplam ao discurso hegemônico vigente.

Em sua obra *Algorithms of Oppression*, Noble (2018) demonstra a arbitrariedade dos resultados de buscas, tidas como neutras, mas que na verdade reproduzem inúmeros preconceitos. Em seu trabalho, a autora traz como exemplo como as pesquisas realizadas no *Google* por “*black girls*” apresentaram resultados hipersexualizados e pornográficos, reforçando o modo como o algoritmo internaliza discursos, hierarquias e representações estereotipadas e históricas do racismo (2018, p. 67-72). Trata-se então de uma violência epistêmica, de modo que “os algoritmos de busca são mecanismos de poder que determinam o que é visível e o que é invisível, o que é valorizado e o que é descartado” (2018, p. 9).

Ao unirmos as contribuições de Noble e Zuboff, podemos compreender que o silenciamento algorítmico como claro desdobramento do capitalismo de vigilância, de modo que a dimensão econômica da extração de dados juntamente com as camadas raciais e de gênero moldam lógicas algorítmicas que inferem diretamente nos conteúdos que podemos publicar e acessar. Ambas as autoras denunciam através de seus trabalhos que a concentração de poder e dados detidos por empresas e corporações tecnológicas resultam na reprodução de desigualdades estruturais, porém agora em uma modalidade automatizada. Noble entende que “os algoritmos não apenas reproduzem preconceitos, mas também legitimam o racismo como se fosse resultado de uma objetividade técnica” (2018, p. 171); enquanto, Zuboff afirma que “a lógica da vigilância digital não apenas observa as pessoas, mas as reconfigura para se ajustarem às demandas do mercado” (2019, p. 382). Nesse sentido, o silenciamento algorítmico, aqui colocado, seria um efeito direto do capitalismo de vigilância, onde o ato de invisibilizar narrativas e corpos marginais permite que o sistema mantenha a hegemonia simbólica.

O papel das resistências

O atuação algorítmica, que restringe e esconde contas e conteúdos, é uma problema real no que se refere à veiculação de narrativas palestinas impactadas pelo ação genocida

massificada de Israel, porém, mesmo com a dificuldade de se estabelecer uma base segura de compartilhamento de informações. A resistência e a busca por uma maior protagonismo de palestinos nas redes sociais ainda se faz presente e prevalece na jornada por um posicionamento de apoio aos que estão diretamente impactados pelo conflito e por aqueles que buscam aprender mais sobre o mesmo.

A Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL), por exemplo, fundada em 1979, atua como representante da diáspora palestina no Brasil ao contar com pelo menos 200 mil imigrantes e refugiados, contando também com seus descendentes, atuando também na defesa dos interesses de comunidades de origem palestina no Brasil nos espaços políticos e sociais. A FEPAL também tem como prioridade a utilização de redes sociais como ferramenta de informação e revindicação para com o tratamento do povo palestino, dessa forma, utiliza de inúmeras plataformas virtuais como meio estabelecer uma comunidade direcionado aos descendentes bem como para chamar atenção para a questão e como meio de resistência ao buscar fortalecer e estabelecer a identidade palestina, bem como um meio de se manifestar de maneira não violenta em contraste a brutalidade sionista aplicada por Isreal e seus simpatizantes.

Segundo o portal oficial da Federação, a página da FEPAL na plataforma X, conta com mais de 186,4 milhões de compartilhamentos em suas publicações, se tornando um dos principais portais de denúncia e informação contr o genocídio empregado por Israel, de modo que suas publicações não se limitam apenas ao alcance de usuários brasileiros, mas também de estrangeiros, que coletaram milhões de visualizações e interações com as publicações da página. No Instagram, a FEPAL aponta para uma alcace menor, citando também um silenciamento de seus conteúdos como apontado pelas influenciadores citadas anteriormente, porém, as publicações do perfil da entidade ainda apontam para grandes números, com mais de 8,7 milhões de impressões de suas publicações, 5,8 milhões de interações de usuários com as publicações da página e 5,5 mil cliques em links divulgados. A página também alcançou cerca de 93,9 mil seguidores, apontando para uma grande influência no que diz respeito ao debate sobre o genocídio dentro da plataforma Instagram.

É interessante pontuar como o ambiente virtual proporciona um escala de compartilhamento muito maior do que da mídia tradicional, dessa forma, os conteúdos produzidos pela FEPAL ou por outro influenciadores se propagam por compartilhamentos e por reproduções de outros portais ou criadores, o que pontua como a atuação de tais comunidades tem valor imensurável para que o debate siga se expandindo cada vez mais. Nesse sentido, também é importante reiterar como tal tipo de trabalho se configura como

uma árdua construção em busca da verdade, uma vez que a violência brutal não se exerce única e exclusivamente no campo de combate material, mas também na ação discursiva e simbólica através do silenciamento daqueles que buscam enfrentá-la.

O próprio funcionamento de interno de plataformas imprimem seu interesse político e econômico através da criação de algoritmos e ferramentas de filtragem nada transparentes que colocam comunidades inteiras em uma posição de total e completa inferioridade ao passo que assistem o aniquilamento total de seu povo, sua história e identidade. Portanto, é necessário questionar a noção de que a internet atua como espaço livre para qualquer pessoa, a atuação obscura dos algoritmos propõe que determinados grupos não tenham sequer a possibilidade de se manifestar em redes que, supostamente, deveriam os acolher. Órgãos como a FEPAL realizam um trabalho de extrema importância dentro de circunstâncias que, ativamente, atuam contra suas iniciativas, entretanto, sua insistência e ação constante em diversas plataformas provam como se é possível questionar as ferramentas internas de *sites* e aplicativos, ao passo que recruta pessoas que ligam a causa através de suas publicações. Tais ações provam que, apesar das dificuldades, é possível se utilizar dos espaços virtuais como base para resistência e união de comunidades como no caso dos palestinos.

CONCLUSÕES

É extremamente importante e necessário compreender o papel fundamental das comunidades estabelecidas no contexto virtual que, mais do que nunca, se apresenta tão claro e palpável quanto a realidade material que nos cerca. Ao se tratar de realidades tão delicadas como no caso do conflito entre Palestina e Israel, compreender como a violência e como o apagamento dos palestinos não se limita apenas ao que enxergamos, mas também ao que não podemos ver claramente, notando como as ações discursivas e ideológicas tem um peso no processo de aniquilação de tal povo e de sua identidade, é fundamental para que possamos atuar ao lado dos que buscam resistir a tais atos.

Torna-se de nosso interesse refletir sobre como instituições maiores, como no caso da mídia tradicional, assim como no caso das redes sociais, veiculam e apresentam informações e eventos, notando se os mesmos estão sendo representados com a completude que necessitam, bem como se estão sendo compartilhados de modo geral. O pensamento crítico é uma de nossas ferramentas para que possamos refletir sobre quem gera e como as informações que chegam até nós, de modo que não podemos ignorar a abundância de perfis e usuários com propriedade e interesse em falar sobre o assunto, utilizando de suas vozes e

plataformas como elementos para que se funde uma base estável para uma comunidade baseada na solidariedade e na busca por transparência. Grupos como a FEPAL surgem como exemplo primordial, de modo que, por meio de seu trabalho, podemos notar como a mobilização de uma comunidade no ambiente virtual atua fundamentalmente para o encontro de informações claras e completas, bem como ilustrar o papel de resistências nas redes, dada a maneira como, mesmo enfrentando uma guerra invisível com algoritmos, utiliza dos espaços proporcionados pelas redes sociais com foco direcionado a informação e a reivindicação dos direitos dos palestinos, independente dos obstáculos colocados pelas plataformas para impedir tais processos.

As experiências relatadas pelas influenciadoras Mariam Chami, Hyatt Omar e Carima Orra, assim como pela própria FEPAL, sobre como redes como o *Instagram*ativamente atuam para o apagamento e baixo alcance de publicações nos ajuda a repensar e a nos tornar mais atentos aos mecanismos internos de veículos que estamos diretamente utilizando e que, de uma forma, também refletem de forma negativa e estimulam a progressão da violência e apagamento de discursos. A partir do diálogo entre Safiya Noble e Shoshana Zuboff, conclui-se que o silenciamento algorítmico deve ser compreendido como uma tecnologia de poder, situada entre as esferas da epistemologia, da economia e da política. Torna-se então uma função estrutural do capitalismo digital, que transforma desigualdades sociais em mecanismos de lucro e controle.

Seguindo essa lógica, é possível notar que ao longo do processo de análise do artigo foi evidenciado como as redes sociais e plataformas virtuais também são constituídas como campo constante de disputa hegemônica de poder, principalmente no que se refere à circulação de informações sobre a situação dos palestinos. Nesse sentido, a internet, que surgiu com uma promessa voltada à liberdade e a ampla possibilidade de expressão agora se mostra contrária a tais noções, esse mesmo ambiente que viabiliza a democratização da informação é também permeado por estruturas de poder que limitam seu potencial enquanto ferramenta de resistência.

Mais uma vez se ressalta como os algoritmos que configuram o funcionamento interno das redes sociais não são neutros: tais mecanismos priorizam amplamente o engajamento dentro de suas plataformas, favorecendo conteúdos que tal repercussão e lucro, ao passo que, questões raciais e de classe também se torna de interesse, uma vez que não correspondam com a imagem desejada pelo algoritmo, são desvalorizadas ou suprimidas. No caso do ataque aos palestinos, as publicações relacionadas ao conflito são consideradas “sensíveis” ou “controversas” pelos algoritmos, adicionando mais uma camada de motivos

que justifiquem dentro de sua lógica a repressão de tais temáticas e perfis que tratem da mesma.

Nesse sentido, o controle segue sendo exercido por um viés que se entrelaça com as esferas econômicas e políticas, mas em uma nova forma dado o contexto *online*, onde, por mais que restrinjam conteúdos, ainda sim permitem a emergência de vozes de comunidades tidas como marginalizadas, oferecendo novas ferramentas e possibilidades de agência e autodefinição diante as narrativas veiculadas através da mídia tradicional. No caso da resistência palestina, a mesma não se limita ao campo físico ou a noções meramente geopolíticas, ela alcança o campo digital, onde a prática da resistência é permitida por meio de sua objetividade como forma de autodeterminação discursiva.

Entre os movimentos e ações de apoio à Palestina, tais comunidades se fazem constituídas por ativistas, acadêmicos, influenciadores e cidadãos comuns, vindos dos mais diferentes países, que se compadecem do sentimento de pertencimento entre diferentes indivíduos dentro das plataformas *online*. Tal possibilidade de aprofundamento de laços se expande para além do pertencer em aspectos emocionais, se mobilizando também como ato político, levando a organização de campanhas, boicotes, entre outras ações que utilizam do ambiente virtual como base concreta de articulação política, contribuindo para práticas coletivas e ações concretas de pressão política e econômica.

Em última instância, compreender as redes sociais como resistência, principalmente no que diz respeito à difusão da perspectiva palestina, implica reconhecer que, nelas, o ato de comunicar é também se configura como ato de insurgência. A luta por visibilidade e justiça, nesse contexto, passa não apenas pela ocupação desses espaços digitais, mas também pela crítica e reformulação dos mecanismos que os governam. Assim, o peso de cada postagem, vídeo ou relato é enfatizado ao passo que, por meio do compartilhamento, experiências que se conectam com outros contém o potencial de romper o silenciamento a que está submetida, bem como ajuda a reconfigurar o imaginário global sobre a Palestina, reafirmando o poder da retomada de narrativas dentro de plataformas virtuais como formas contemporâneas de luta política.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação na grande imprensa. - 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

BYRD, J. A. The transit of empire: Indigenous critiques of colonialism. Minneapolis: U of Minnesota Press, 2011.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira, 2010.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CHOMSKY, Noam. *Hegemonia ou sobrevivência*. Bertrand Brasil, 2003.

CHOMSKY, Noam. *Israel e a Palestina: apartheid e ocupação*. Boitempo, 2023.

COUTINHO, Eduardo Granja. (org). Comunicação e contra-hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

FEPAL. Sucesso nas redes, denúncia do genocídio pela Fepal ajuda a organizar a comunidade palestina. Federação Árabe Palestina do Brasil, 2024. Disponível em:

<https://fepal.com.br/sucesso-nas-redes-denuncia-do-genocidio-pela-fepal-ajuda-a-organizar-a-comunidade-palestina/>. Acesso em: 22 de dezembro de 2024.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MAFFESOLI, Michel; MENEZES, Maria de Lourdes; VOGEL, Arno. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. In: O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2000.

NOBLE, Safiya Umoja. Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism. NYU Press, 2018.

O'NEIL, Cathy. Algoritmos de destruição em massa. Santo André, SP: Ed. Rua do Sabão, 2020.

SÉ, Leticia. Criadoras de conteúdo em defesa da Palestina reclamam de censura do Instagram. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 2021a. Disponível em:

<https://diplomatique.org.br/blogueiras-pro-palestina-dizem-sentir-sequelas-do-silenciamento-algoritmico/>. Acesso em: 22 de dezembro de 2024.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In. BRUNO, Fernanda et. al. (Orgs.) *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.